

Saberes em educação popular: a experiência do grupo de leitura em Paulo Freire

Jean Mac Cole Tavares Santos¹, Vera Lúcia de Abreu², Fernanda Nunes de Carvalho e Silva³, Mifra Anélica Chaves da Costa⁴

Resumo

Este relato apresenta a experiência do “Curso de leitura e pesquisa em Paulo Freire e Educação Popular”, desenvolvida por alunos, professores e funcionários do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Inicia-se definindo os conceitos de educação e de educação popular para defender a tese que ambos estão localizados na prática social, isto é, ganham significados na ação e na reflexão coletiva dos grupos sociais. Não é possível, assim, pensar a educação e a educação popular fora dos princípios de participação, de democracia, de respeito aos saberes discentes, de coletividade e de amor ao próximo. Sob esta ótica, construir um processo educativo exige uma prática condizente com os princípios definidores dos conceitos. Em suma, o caminho percorrido mostra a experiência, o encontro da teoria e da prática e ainda o esforço de discutir educação popular ao mesmo tempo em que faz educação popular.

Palavras-chave

Educação Popular. Saberes e Práticas Populares. Paulo Freire.

1. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: maccolle@hotmail.com.

2. Especialista em Pesquisa Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: veraabreu@veloxmail.com.br.

3. Aluna do curso de Especialização em Educação na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: fernandancs@hotmail.com.

4. Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: mifraangelica@hotmail.com.

Knowledge in popular education: the experience of reading group on Paulo Freire

Jean Mac Cole Tavares Santos*, Vera Lúcia de Abreu**, Fernanda Nunes de Carvalho e Silva***, Mifra Anáelica Chaves da Costa****

Abstract

This communication presents the experience of "Reading and research in Paulo Freire and Popular Education course", developed by students, teachers and employees of the Pedagogy Graduation of Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. This article starts defining concepts of education and popular education to support its view that both are located in social practice, that is, gain meaning in action and reflection in social groups. The walked way shows the experience, meeting of the theory and the practical one, effort to argue popular education at the same time where it makes popular education.

Keywords

Popular Education, Knowledge and Popular Practices, Paulo Freire.

* Doctor in Popular Education at Universidade Federal da Paraíba, professor of the Education Graduation at Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: maccolle@hotmail.com.

** Expert in Education Research at Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Education Graduation Professor at Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: veraabreu@veloxmail.com.br.

*** Student of the specialization course in Education at Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: fernandancs@hotmail.com.

**** Academic of Pedagogy at Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: mifraanelica@hotmail.com.

Introdução

Esta comunicação apresenta a experiência do curso de leitura e pesquisa em Paulo Freire e Educação Popular, desenvolvida por alunos, professores e funcionários do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

O eixo central da atividade é a formação intelectual do grupo, subvalorizada em tempos pós-modernos, mas que integra os participantes na simplicidade da atividade prazerosa de fixar os olhos no texto. Mergulhados na leitura em Paulo Freire e Educação Popular, desenvolve-se o pensamento apaixonado e apaixonante, simples e profundo, comprometido com a educação em suas dimensões humana, política e social.

Em Freire, o propósito da educação como prática libertadora é formar sujeitos críticos, conscientes e em constante busca de uma práxis eficaz e transformadora. Nessa direção, o Curso de Leitura em Paulo Freire e em Educação Popular caminha objetivando, inicialmente, realizar leituras e discussões sobre as obras do autor e sobre textos da educação popular, promovendo a experiência da leitura e do debate de forma horizontal, onde cada cursista é ator ativo na reflexão e na relação não hierárquica da construção dos saberes. Num segundo momento, direcionando para o âmbito da escola de ensino básico a discussão sobre as práticas educativas populares, o intuito é experienciar e ampliar o pensar e o viver sobre as orientações das ideias visitadas nas leituras realizadas no grupo.

Ressalta-se que a produção do grupo (fichamentos, resumos e resenhas das obras) é socializada na rede mundial de computadores por meio de um *blog* (<http://www.educacaopopularpf.wordpress.com>) criado para divulgar, passo a passo, as atividades realizadas e partilhadas. Socializar

as atividades e suas primeiras produções dessa experiência na internet e nessa comunicação fortalece o sentimento de todos na construção vivenciada como sujeitos ativos e reflexivos.

Neste trabalho, a reflexão da experiência em construção se faz em duas partes: a primeira, quando aborda a Educação em Paulo Freire e os saberes da Educação Popular e a segunda, quando apresenta o caminho percorrido pelo grupo, no projeto de leitura.

Educação, Educação Popular e Paulo Freire

A educação é aqui entendida como um processo, intencional ou não, de construção e socialização do conhecimento, permeada por uma práxis educativa – reflexão da teoria com a prática e a relação da prática com a teoria, possibilitando entender e transformar essa prática em um encontro com uma nova teoria. Tal processo, intencional (como a educação formal e a educação não formal) ou não intencional (como a educação informal), visa à formação do ser humano vivo⁵ (e não para a vida), para além do “sentido puramente fisiológico, mas no sentido espiritual, no sentido humano, no sentido de uma vida cada vez mais larga, mais rica e mais bela, em um mundo cada vez mais adaptado, mais propício, mais benfazejo para o homem” (DEWEY, 1978, p. 17).

Dessa forma, concordamos com o conceito de educação de Libâneo (2001), onde:

Educação corresponde ao conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano do indivíduo e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes.

5. A possível redundância “ser humano vivo” objetiva reforçar a ideia contra “uma educação para a vida”. O ser humano vive e aprende. Ele não aprende para viver como se a educação fosse uma mercadoria a ser estocada para usos futuros.

visando à formação do ser humano (p. 7).

Assim, educação é um conjunto de valores e saberes que, agindo com o indivíduo, almeja sua completude física, psicológica, afetiva e social.

Apesar do conceito de educação inicial amplo, entendemos que ela ainda não responde pelas especificidades da educação popular. A EP (Educação Popular) precisa ser tratada na sua especificidade, relacionando seus constituintes e o processo de sua execução do fazer popular, a fim de permitir que todos participem ativamente de forma democrática radical. Portanto, pensando com Freire (2008), a educação precisa contemplar a intervenção do sujeito na transformação da sociedade e nunca apresentar-se como uma imposição da sociedade sobre os indivíduos em busca da manutenção da ordem social, como pensou Durkheim em sua definição de educação (1952).

A educação popular em Freire (1994) defende que, por meio desta ação, o povo tenha a oportunidade de ser realmente humano. O homem como um ser social, “um ser de relações e não só de contatos, [que] não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz o ente de relações que é” (p. 47).

Freire (1994) revela que para a educação popular acontecer ela deve ser para todos, compartilhada, decidida junto, radicalmente democrática. Exige, por esse raciocínio, uma sociedade democrática. Em outro tipo de sociedade, hierárquica, sem participação da maioria, excludente, há pouco espaço para o uso da educação popular. Com isso, ele alerta para a dificuldade de se estabelecer uma cultura de participação no Brasil devido à nossa falta de experiência democrática. Diz o autor:

O Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o poder do senhor se alongava das terras às gentes também e do trabalho escravo inicialmente do nativo e, posteriormente, do africano, não seriam criadas condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro (p. 74-75).

Como então construir uma participação que possa terminar em um processo de educação popular com o peso da história “vista de cima”, autoritária, antidemocrática? Embora a nossa pouca experiência democrática seja uma realidade e, mais ainda, admitindo que tal condição dificulte o *fazer junto* necessário ao sentido *popular* pensado por Freire, a EP nasce para ocupar os poucos espaços existentes na sociedade. Sendo assim, enfrentando os desafios históricos de nossa constituição política, a educação popular é proposta como um canal de exercício, construção e exemplo de democracia: uma disposição de fazê-la, exercendo-a radicalmente nos encontros, nas tomadas de decisões, nos debates, nos diálogos. Homens e mulheres, sujeitos interventores, dialogicamente, apontando o caminho a ser seguido, fazendo, ao caminhar, sua história e sua condição humana. Nas palavras do próprio Paulo Freire “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão, pois a vocação do ser humano não é o de ser dominado, massacrado, modelado, dirigido, mas, o de ser mais, fazer e refazer a sua história, intervindo no seu meio” (2003, p. 92).

Longe de desacreditar da possibilidade da participação do povo nos processos

6. Mais do que a tradução literal da palavra inglesa “empowerment”, de tradição liberal, relacionada ao contexto de adquirir conhecimentos formais (ou da educação formal), o “empoderamento” para Paulo Freire é uma ação coletiva de tomada de consciência dos sujeitos. O “empoderamento” aponta para a libertação coletiva da opressão vivida na sociedade (VALOURA, 2006).

democráticos. Freire propõe uma pedagogia para o “empoderamento”⁶ da parte da população historicamente relegada às migalhas que sobram do banquete da elite. A *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2005) deve ser uma ferramenta de luta contra os grilhões que aprisionam os pobres, contribuindo para a consciência de seu estado de explorado e permitindo a luta por sua libertação. No processo de aprender democracia exercendo-a, Freire (2005) atribui à educação grande responsabilidade neste processo:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente da libertação (p. 46).

Além de libertar-se da opressão, os oprimidos, sujeitos conscientes de seus direitos e lutadores pela transformação social, libertarão o opressor de sua condição de algoz.

Para se conseguir a educação que possibilite a libertação do oprimido, vale ressaltar que o fazer popular necessita seguir um processo diferente do tradicional. A pedagogia do oprimido tem constituição, alma e sentido antagônicos da educação tecnicista e elitista. Faz-se necessário um ensino com o povo, de respeito aos seus saberes populares, constituído de um saber novo. Tal educação, para Freire, apresenta-se como problematizadora, propiciando ao indivíduo questionar o mundo e sua situação nele: o sujeito aprendiz é também ensinante do mundo em que vive. Dessa maneira, deve-se ter uma atitude no processo ensino-aprendizagem de investigação e interação, em contraposição à educação bancária, caracterizada pela memorização, pelo uso exacerbado e descontextualizado do livro, pelo ato surdo e cego de decorar. Enfim, uma educação:

que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como corpos conscientes e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2005, p. 77).

Com efeito, uma educação que seja comprometida com o povo promove um ensino que relacione as coisas comuns do seu meio com os novos saberes apreendidos. Freire (2005) acreditou, e fez acreditar, que isso também não se realiza na individualidade, mas coletivamente, enfatizando que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (p. 79).

Na dialogicidade, no estabelecimento do diálogo de homens e mulheres entre si e com o mundo, o caminho para a educação popular é aberto ao caminhar. Dialogicidade entendida como ato de compartilhar vivências, saberes, leituras, paixões, existências, desejos, enfim, de se construir e de se reconstruir conhecimentos no coletivo. Diálogo (!), sim, “diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (Freire, 2005, p. 76).

Caminhando com o diálogo, o método, a certeza do caminho a percorrer, para Freire, não se revela como a questão mais importante nessa construção. A desconfiança, a inquietude humana, a criticidade, aí sim, reside o ponto central da busca pelo empoderamento. A criticidade, revelada no anseio por perguntar mais, na atenção à circunstância da pergunta mais do que na resposta, no ser curioso, no pesquisar, na condição de analisador de situações, não se deixando enganar pelas aparências das coisas, é a arma da pedagogia do oprimido contra o pensamento ingênuo. Nas palavras do

autor de *Educação com prática da liberdade*:

A superação, e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica. Ao criticar-se, tornando-se então (...), curiosidade epistemológica, metodicamente rigorizando-se na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão (FREIRE, 1994, p. 31).

Em outras palavras, por meio da criticidade, o sujeito sai de seu estado de alienação e, ao sair desse estado, contribui para a desalienação de toda a sociedade. A superação da alienação através da crítica é condição imprescindível para a transformação social. E não poderia ser diferente já que, segundo Freire (2008a), “a sociedade alienada não se conhece a si mesma: é imatura, tem comportamento exemplarista, trata de conhecer a realidade por diagnósticos estrangeiros” (p. 36). Assim, a educação nessa perspectiva é uma oportunidade para o povo mudar sua situação de estranhamento na sociedade, de oprimido, fazendo-se homens e mulheres que vivem no mundo conhecendo, aprendentes, ensinantes, fazedores da transformação.

A educação transformadora, democrática, igualitária, equitativa, diversa, popular e inclusiva, um sonho a ser perseguido, deve ser também experiência diária de todos que acreditam em um mundo diferente do vivido.

Utopia? Mais do que utopia. Vale lembrar que já foi e é experiência em muitos cantos: desde as experiências históricas da educação popular

como o “Movimento de Cultura Popular⁷” e a “Campanha de pé no chão também se aprende a ler⁸”, até as novas experiências populares e sindicais como o projeto “Pedagogia da Terra⁹”, no Ceará, e o projeto “Zé Peão¹⁰”, na Paraíba.

O próprio Paulo Freire, pensador e prático da educação popular, desenvolveu e aplicou com sucesso um método para alfabetização de adultos. Durante o governo de João Goulart, na pequena cidade de Angicos no Rio Grande do Norte, Freire conseguiu alfabetizar trezentas pessoas em 45 dias, seguindo a ideia de alfabetização como tomada de consciência do sujeito rodeado por sua realidade. Uma ação da promoção da ingenuidade em criticidade e, ao mesmo tempo, de letramento. Uma “alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação” (FREIRE, 1994, p. 112).

Pode-se perceber agora, com a teoria e a prática de Paulo Freire, que a educação para ser popular deve ter a participação efetiva de educadores e educandos, deve estar distante de um ambiente de controle, de repressão, que aliena, disfarça, molda os indivíduos. Uma educação popular exige o fortalecimento das reivindicações populares, possibilitando para o povo um canal para um novo estatuto social, reivindicatório de direitos, exigente de uma nova sociabilidade. Na educação popular, verdadeiramente, existe uma correspondência entre a manifestação das massas e a reivindicação por direitos. “É o que chamamos

7. Fundado em maio de 1960, em Recife, com Paulo Freire, Germano Coelho e Abelardo da Hora, entre outros, com o apoio do governo de Miquel Arraes na Prefeitura de Recife, Pernambuco.

8. Fundada em fevereiro de 1961, em Natal, com o apoio do governo de Djalma Maranhão na Prefeitura de Natal, Rio Grande do Norte.

9. Projeto ligado à Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar no Estado do Ceará (FETRAECE) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) com o apoio da Universidade do Estado do Ceará (UECE) e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Visa à formação (Licenciatura em Pedagogia) de profissionais do magistério para atuarem em áreas de reforma agrária.

10. O projeto “Escola Zé Peão” alfabetiza, no próprio canteiro de obras, operários da construção civil. O movimento foi fundado em 1991 e conta com o apoio do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

educação das massas” (FREIRE, 1994, p. 37).

A educação, assim, se faz com os sujeitos no mundo e com o mundo, mediatizando os conhecimentos, onde a dialogicidade é a base para tal ação. Desta forma, faz-se necessária uma educação que permita acesso às massas e não se distancie das mesmas. Isto para que os sujeitos façam parte do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a construção de novos conhecimentos, onde serão instruídos para saírem da condição de apenas espectadores para a de autores da própria vida.

Caminho percorrido

Ler Paulo Freire contribui para a aproximação com um dos grandes pedagogos da atualidade. Conhecido e respeitado mundialmente, Freire é mais estudado em países como Alemanha, Espanha, Portugal, Inglaterra, Índia e EUA que no próprio Brasil. Para o Rio Grande do Norte, particularmente, cabe lembrar que uma de suas primeiras experiências educacionais foi realizada em Angicos, em 1962, onde 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em apenas 45 dias. Temos, historicamente, uma relação local com as ideias freireanas.

Com efeito, fazer leituras em Freire é revisitando ideias e ideais, tomando conhecimento do posicionamento pelo empoderamento da população mais pobre, excluída do banquete da classe dominante, reconhecendo a força e poder de resistência desse povo. Na trajetória pela valorização dos saberes, reafirmamos nossa convicção na produção coletiva, no respeito ao ser humano, na luta por uma pedagogia da práxis, rechacando as frases prontas e o academicismo intolerante à diferença. Contra os usos e abusos em seu nome, as diversas apropriações e práticas alheias ao pensamento freireano, a leitura de Freire abre a janela para o pensamento apaixonado e apaixonante, simples e profundo, comprometido com a educação popular, a escola pública e a transformação da sociedade.

Partindo desse pressuposto, por intermédio de três professores da Faculdade de Educação do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, surgiu o interesse pela busca de um fazer para além do didatismo acadêmico: a ideia de um curso em Paulo Freire e Educação Popular. Juntos, todos aceitaram a tarefa desafiadora de propor a criação de um grupo múltiplo, com saberes acadêmicos diferenciados, com experiências de vida distintas, com trajetórias escolares e não escolares díspares. Nosso ponto de partida, essencial para manter a coerência entre o que fazemos e o que pensamos, exigiu adotar uma postura, nem sempre fácil, da construção coletiva das decisões, passo essencial para respeitar-se e construir saberes. Diante do contexto acima citado, o convite foi lançado à comunidade acadêmica escolar. Como resultado, professores, alunos e funcionários da UERN, mas também ex-alunos e algumas pessoas que nunca haviam frequentado a instituição como discentes, aceitaram nosso convite. Inicialmente, nossas possibilidades permitiam somente um grupo restrito de 40 (quarenta) cursistas. Tínhamos como pretensão, na mobilização inicial, sensibilizarmos pelo menos 30 (trinta) membros. Como surpresa, vimos o chamamento atingir um público bem maior.

A oficialização do grupo aconteceu com uma palestra do professor Pedro Arturo Roias, chileno, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UERN e amigo de Paulo Freire quando de seu exílio no Chile. Várias outras pessoas, além daquelas já inscritas, compareceram ao evento. Depois das boas-vindas aos presentes, cerimoniada pela professora da Faculdade de Educação, Eliana Figueira, falamos sobre a importância e atualidade do pensamento de Paulo Freire e, principalmente, da necessidade de não se poder perder o foco da defesa dos saberes populares como forma de empoderamento dos sujeitos na busca pela emancipação humana. Falamos ainda que, como o mestre, entendemos a educação

como um ato de amor. Ato de amor porque requer a construção de laços, de comunidade, de fortaleza, de solidariedade, de respeito, de superação, de libertação da opressão, de resistência à barbárie. Entendendo que falar em Paulo Freire é seguir seus passos em busca da humanização, o curso, que ora nascia para fazer merecedor do nome e do pensamento freireano, necessitava praticar o que o discurso já expressava. O grupo, e não apenas seus idealizadores, deveria assumir a direção dos trabalhos, o debate, as leituras, a dinâmica dos encontros que teríamos pela frente.

Desse modo, estabelecemos ali, coletivamente, as funções dos cursistas, elegemos os coordenadores do grupo, escolhemos os monitores. E todos aqueles que, inscritos ou não, sentissem motivação para participar das leituras e dos debates, estariam convidados a se engajarem nos encontros. Porém, foi discutida e esclarecida a necessidade de realizar a leitura das obras indicadas, de fazer os resumos ou fichamento dos textos e de manter uma quantidade mínima de frequência aos encontros. Sentir-se chamado, assim, significava investir na descoberta do pensamento do autor em questão, debatendo e ampliando a possibilidade de usos do seu legado. Para isso, disciplina, tempo e disposição eram elementos necessários.

Os encontros, acertados para serem realizados quinzenalmente, teriam como base uma obra de Paulo Freire. A leitura da obra aconteceria durante a semana para, no dia do encontro, acontecerem os debates. Acordamos ainda a necessidade de um dos cursistas apresentar os aspectos da obra que considerara mais importantes para guiar o debate. Porém, ficou consolidada a necessidade de todos os membros realizarem a leitura da obra escolhida e dela tirarem um resumo. O resumo deveria ser socializado, antes de cada encontro presencial, no blog do curso, criado na rede mundial de computadores para servir como ferramenta de aproximação dos cursistas, de discussão, de encontros virtuais e de contatos com outros

estudiosos, pesquisadores, adeptos da educação popular e das ideias de Freire no Brasil e no exterior. Entendemos que ler não significa apenas passar os olhos em um texto, significa mais ainda: analisar, interpretar, conhecer para agregar saberes à atividade realizada. Desse modo, já na seleção de determinado texto, existe uma intenção consciente para justificar a escolha. O leitor usa, simultaneamente, seu conhecimento de mundo e seu conhecimento de texto para construir uma interpretação sobre o que lê, estabelecendo a fundamental interação entre os elementos textuais e os conhecimentos do leitor. Quanto maior for a concordância entre eles, maior a probabilidade de êxito na leitura. A leitura, portanto, promove o resgate da cidadania, devolve a autoestima ao promover a integração social, desenvolve um olhar crítico e possibilita formar uma sociedade consciente.

No primeiro encontro presencial, depois da palestra de abertura, compareceram em torno de 40 (quarenta) pessoas. A obra escolhida para abrir a fase de leituras foi a "Pedagogia do Oprimido" (2005). Entretanto, tentamos antes, estabelecer uma dinâmica de apresentação dos presentes, uma aproximação com o outro, reafirmando que os professores eram também cursistas. Assim, fortalecemos a necessidade de todos serem responsáveis pelos rumos do grupo, assumindo a postura de liderança pelo seu funcionamento e interferindo quando considerassem necessário alinhar, corrigir algo.

A boa surpresa, detectada já nos primeiros contatos, foi percebermos a heterogeneidade do grupo. E, não tão surpresa assim, foi a percepção da confusão estabelecida, a discordância sobre o papel de cada um e a obrigação dos idealizadores do grupo de leitura de assumirem um papel central na organização das ações, inclusive, definindo os rumos teóricos que o grupo deveria tomar e ditando a metodologia necessária para o bom andamento dos trabalhos.

Entendemos que a construção da disciplina do grupo, por mais importante que seja para se estabelecerem as condições mínimas de estudo

e de produção dos textos, precisa passar pelo crivo da coletividade e todos deviam cuidar para manter um clima saudável, não hierárquico de saberes, solidário e respeitoso que possa comportar as diferenças existentes entre nós. Assim, não significa absolutamente respeitar a maioria na hora de tomar qualquer decisão. Mais do que isso, chama a atenção para que mesmo a maioria reflita sobre as possibilidades dos sujeitos contribuírem, a partir de sua realidade e de seus conhecimentos, nas leituras do texto e do mundo a que nos propomos, evitando também, a ditadura da maioria.

Por causa do grande número de pessoas presentes, com muitas delas falando ao mesmo tempo e algumas tentando impor suas ideias aos gritos, não conseguíamos avançar nas questões. O tempo do debate estava sendo utilizado para definir a metodologia das atividades e, muitas vezes, retomando questões já definidas antes. Por cansaço, ou por omissão, foi estabelecido um consenso de como deveríamos atuar. O ponto central seria a contribuição de todos no debate, a leitura, a participação, a presença aos encontros e a elaboração dos resumos e sua inserção no *blog*. Pelo avanço da hora, optamos por uma exposição da obra a partir de referenciais históricos, situando o leitor e o texto no contexto dos anos de 1960, do exílio e da ditadura militar. O debate coletivo foi adiado para o encontro seguinte.

Nos encontros seguintes foi possível avaliar melhor o potencial do grupo. Primeiro aconteceu uma gradativa redução das presenças. O *blog*, pensado como ferramenta de mobilização, de publicização e de contatos entre os membros, que deveria ser alimentado por todos os cursistas com informações, resenhas, novidades, comentários e que, no início, recebia muitas visitas, foi sendo esquecido. Cada vez menos resumos eram escritos e postados. Também percebíamos a diminuição das leituras sugeridas. Muitos cursistas faltavam e justificavam a falta pela não realização da leitura. A seleção estava se dando pela possibilidade, ou mesmo pela

impossibilidade, de participação. Também não se pode descartar que o próprio processo de construir coletivamente tenha assustado alguns membros. No entanto, para ficarmos nos motivos apresentados pelos ausentes, a grande maioria afirmou ter desistido por falta de tempo para as leituras, por causa do acúmulo de atividades. Alguns afirmaram que, como houve uma decisão coletiva de critérios para estar no grupo ou fora dele, ao não conseguirem atingir esses critérios estabelecidos, sentiram-se obrigados a se ausentar, esperando outra oportunidade de participarem.

A quantidade, em si, não referencia para melhor ou para pior uma atividade. A meta inicial de propiciar a atividade para 30 (trinta) pessoas já não seria cumprida. No entanto, a diminuição do número dos presentes coincidiu com momentos de debates participativos, com a interação entre os membros e, por conseguinte, com o fortalecimento do grupo de leitura. Supomos que o motivo da animação redobrada do grupo decorreu do processo coletivo de seleção. Agora, os que continuam em atividade são aqueles que tomaram gosto pela ação, encontraram tempo, priorizaram o evento dentro de suas rotinas. Em outras palavras, os que continuam no grupo encontraram significados para além do acadêmico, nas leituras, nos debates, nos encontros, nas amizades estabelecidas.

Estamos seguindo para o décimo encontro com 20 (vinte) cursistas e já nos animamos em escrever nossa trajetória. Lendo e encontrando nossa prática, a *Pedagogia do oprimido*, a *Educação como prática da liberdade*, a *Educação e mudança*, e a *Pedagogia da autonomia* foram nossa base para a redescoberta do sentimento freireano de empoderamento, de participação, de boniteza, de ato de amor ao educar. Estamos firmes no propósito de aproximar os saberes, as práticas, as vivências, as lutas. Seguimos uma trilha pedagógica aberta por Paulo Freire: educação como prática da liberdade, do encontro com o outro, da alteridade, da construção coletiva.

da democracia democratizante, da participação aprendente, da cidadania para além dos direitos de inclusão no consumo capitalista. Trilhamos o caminho da luta pedagógica pelo direito das pessoas de “ser gente”.

Considerações Finais

A educação popular nasceu fora da escola, mas, como concepção geral da educação, ela teve – e tem – grande influência na educação formal. Assim afirma Moacir Gadotti, no prefácio do livro “Educação popular na escola pública” (1992), de Ana Maria do Vale, evidenciando que a educação popular é uma parte constituinte da educação formal: a educação popular deve estar presente nas instituições de ensino contribuindo para a participação democrática do povo (VALE, 1992).

No curso de leitura em Paulo Freire, tentamos efetivar uma prática educativa popular, deixando que as decisões fossem compartilhadas por todos. Desde o estabelecimento de normas e condutas dos cursistas até as regras de funcionamento das atividades, os presentes foram chamados para opinar, pensar a respeito, decidir, ser sujeito ativo do processo. As discussões, no entanto, demoravam mais do que o esperado, tomavam rumos diferenciados, descontraídos e até contrários às normas da universidade onde atuamos. Por isso, as discussões, quase sempre, descambavam para a

dúvida sobre quais as condições possíveis para instituir uma educação popular numa sociedade capitalista, hierarquizada, cada vez mais constituída pelo individualismo e pelo consumo desenfreado. Para nós, então, fazia sentido questionar: há a possibilidade de fazer educação popular na Universidade? Em quais condições?

Mesmo com as dificuldades, fugindo das ideias teóricas prontas, arriscando construir o percurso a ser caminhado, optamos por experimentar (teórica e praticamente) os princípios da educação popular. Seguimos com o pensamento de Paulo Freire, estudando a educação popular e tentando seguir os ensinamentos aprendidos.

Por meio da nossa tentativa, constatamos o quanto a educação popular é necessária de ser praticada nas escolas, nas instituições, nas reuniões, em todas as esferas da sociedade que lidem com o povo. Admitimos, no entanto, as dificuldades, principalmente, como revela Freire, aquelas ligadas a nossa inexperiência democrática. Com esse olhar, nada melhor que construir uma cultura de participação, de tomada de decisões, de aplicação dos princípios da educação popular, construindo, cotidianamente, uma cultura popular. Com o grupo diverso que somos, o empoderamento dos sujeitos na participação compensa todas as dificuldades enfrentadas do fazer coletivo. Melhor que ler, pensar e escrever sobre a educação popular, só mesmo praticá-la e vivê-la.

Referências

- DEWEY, John. **Vida e educação**. A criança e o programa escolar I, II interesse e esforço. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educar**. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 1992.

VALOURA, Leila de Castro. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador. **Biblioteca Virtual Paulo Freire**, 2006. Disponível em: < <http://www.paulofreire.org>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

Submetido em 18 de novembro de 2009

Aprovado em 24 de janeiro de 2010